

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS FÍSCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 9H.**

(TEXTOS SEM REVISÃO)

---

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS FÍSCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 9H.

ATA Nº 046

PRESIDENTE – DEPUTADO WILSON SANTOS

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Invocando o nome de Deus e, em nome do povo mato-grossense, eu declaro aberta esta audiência pública promovida pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Federal editada em 2000, nós recebemos o Secretário de Estado Rogério Luiz Gallo, que prestará conta e debaterá com a sociedade sobre as contas, os negócios públicos do primeiro quadrimestre de 2018.

Convido o Secretário de Estado de Fazenda, Procurador de carreira, Dr. Rogério Luiz Gallo, para compor a Mesa; convido também o Sr. Secretário-Adjunto da Administração Fazendária, Kleber Geraldino Ramos dos Santos; quero agradecer a presença da Dr<sup>a</sup> Luciana Rosa, Superintendente de Programação Financeira e também de relacionamento do Estado do Tesouro Estadual; Dr. Luiz Ormond, Coordenador de receita da SEFAZ; Dr. Luiz Afonso Jesus Leite Nascimento, Analista Administrativo da SEFAZ; Nasser Okde, Consultor Legislativo do Núcleo Econômico da Assembleia Legislativa e agradecemos também a presença dos servidores, demais técnicos da Secretaria de Estado de Fazenda e a sociedade civil presente.

Imediatamente concedo a palavra ao Secretário de Estado Rogério Luiz Gallo para sua exposição.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Bom dia a todos, ao Presidente da Comissão, Deputado Wilson Santos!

Sempre costumo dizer que esse momento da audiência pública são momentos muito importantes de consolidação da transparência pública dos números e dos dados do Tesouro Estadual.

Também cumprimento toda a nossa equipe técnica que trabalha conosco diariamente na árdua e difícil missão, dos momentos que vivemos no país de conduzir o sistema das finanças públicas no Estado de Mato Grosso e todos os demais presentes da sociedade.

Sr. Presidente, sem maiores delongas, primeiro na minha exposição falarei sobre a receita do primeiro quadrimestre. Quero deixar claro que são as receitas, despesas e os indicadores de 1º de janeiro de 2018 a 30 de abril de 2018. Estamos falando. Portanto, de um quadrimestre, do primeiro quadrimestre de 2018.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS**  
**FÍSCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018,**  
**ÀS 9H.**

(TEXTOS SEM REVISÃO)

---

Os dados demonstram que estão disponíveis a todos, mas demonstram, Sr. Presidente, que tivemos no primeiro quadrimestre uma frustração entre o previsto e o realizado de quase 5%...

s/tmr

0809au02.tmr

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... entre o previsto realizado de quase 5% de uma receita orçamentária bruta. Nós prevíamos arrecadar nesse primeiro quadrimestre 7 bilhões, 150 e tivemos um ingresso efetivo de 6 bilhões e 600.

Portanto, uma previsão frustrada de 4,9%. Muito embora em relação ao ano anterior houve um aumento. Isso se explica pela dificuldade de caixa em razão parte do crescimento das despesas com Pessoal e Previdência pública do nosso regime própria de servidores, regime próprio de Previdência.

Com as deduções todas também foram crescentes para município o FUNDEB, basicamente os municípios tiveram 2,3% a mais de incremento nos seus repasses de ICMS. O FUNDEB também houve um incremento. Nós tivemos a receita orçamentária líquida, aquela que fica disponível com o Tesouro Estadual uma queda entre o previsto e o realizado de 7%.

É importante frisar que isso explica os números, Presidente, Deputado Wilson Santos, que, às vezes, são mal compreendidos e mal interpretados. A nossa receita orçamentária líquida se você multiplicar os 5 bilhões e 100 milhões de reais pelos três quadrimestres nós temos uma receita orçamentária líquida que fica disponível com o Tesouro algo em torno de 15,5 bilhões, 16 bilhões, desconsiderando a receita intraorçamentária, que são fluxos financeiros entre a própria administração pública, dos entes da própria administração.

Então, o nós temos o nosso número, aquilo que o Governo administra em torno de 15,5 bilhões, 16 bilhões. Precisa estar muito presente. Existe aquele número de 25 bilhões. Ali são números que não ficam disponíveis com o Governo, têm outras disponibilidades que não estão disponíveis para o Tesouro. O que está disponível para o Tesouro é esta receita. O 1º Quadrimestre 5 bilhões e 122, somando com a receita intraorçamentária nós chegamos 5 bilhões e 500.

Aqui só para demonstrar os valores repassados aos municípios para tornar transparente a nossa relação com os municípios mato-grossenses do ICMS que em 2018 já foram repassados 759 milhões reais; o IPVA 175 milhões de reais. Nós estamos fazendo uma cobrança muito efetiva do IPVA, daqueles inadimplentes do IPVA, mas deixando apenas para que os devedores tenham problemas eventualmente com blitz.../tan

0809au03.tan

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - .....devedores tenham problemas eventualmente com blitz, deixando para que existam aquelas restrições do código de trânsito, estamos escrevendo endividativa, e isso tem gerado e também feito protesto. Isso tem gerado um movimento muito forte para que não só as pessoas se regularizem, mas que também ela se mantenham regulares, porque sabem que podem ter problemas. Para quem vive em municípios e administra município, isso é muito importante, 50% da receita dos carros emplacados no município, no caso do IPVA, fica para o município. Uma Receita que é uma boa partilha, e todo esse esforço nosso fica 50 % com o Estado e 50% com os municípios.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS FÍSICAS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 9H.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Os Prefeitos têm elogiado essa postura em nós fazermos essa cobrança do IPVA. E ali são as demais transferências...

Estou até comentando com a maior ênfase, com a presença do Prefeito Joabe, de Santo Afonso...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Secretário, se o senhor me permite?

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Por favor!

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – No item anterior, sobre as Transferências Federais, parece-me que de 2016 para 2017 já houve uma queda inédita, algo em torno de 98% ou mais, não é isso?

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Isso, das transferências, e as transferências federais também caíram, o FPE notadamente...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Quer dizer então, mantém o nível de transferência de 2017, não retomando a 2016?

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Isso, perfeito! Isso eu vou comentar um pouco mais adiante, Vossa Excelência vai observar mais claramente nesse slide aqui.

Aqui está um pouco mais aberto a receita, a nossa Receita Orçamentária.

A nossa Receita Tributária, tem pré-formado bem, em relação há 2017, houve o crescimento de 11%, mas naquilo que está previsto no orçamento deste ano, para fazer frente as despesas deste exercício, nós tivemos uma queda na Receita Tributária, que é muito importante, que são as Receitas Próprias, de quase 1%, de menos 0,7%, quase 1%.

Temos as Transferências Correntes, tivemos entre o previsto e o realizado já houve uma melhora, exatamente o que está dizendo Deputado Wilson Santos. Não retomamos ainda os níveis anteriores lá 2015, 2016, 2017 de fato afundaram. Aumentamos ainda, entre o previsto e o realizado, em torno de 7,9% nas transferências, o que está ainda muito abaixo dos níveis verificados anteriormente ao período de crise, notadamente em 2015 para trás.

Nas Orçamentárias de Capital, vão observar também as operações de crédito, tem sido realizado poucas operações de crédito. O Governo Federal tem realizado poucas linhas pelos Bancos públicos, pelo BNDES, Banco do Brasil tem colocado muitas restrições, e isso tem dificultado o acesso à operações de créditos...cac...

0809au04.cac

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ... isso tem dificultado o acesso à operação de créditos. Vejam que temos previsto para este ano R\$ 360 milhões de reais, mas conseguimos realizar 6,81%. Nas transferências de capital entram convênios que também previmos no ano R\$ 122 milhões de reais, sabemos que é um ano eleitoral, que tem restrições na celebração de novos convênios. Observem que teremos uma grande frustração também na transferência de recursos federais voluntários para Mato Grosso. Tivemos uma frustração grande de 95%, estávamos inclusive anteontem no Ministério da Fazenda, Deputado Wilson Santos, conversando com a Secretária Executiva Ana Paula Vescovi, que estava como Ministra interina da Fazenda e de fato a percepção que ficamos, fomos conversar sobre o FEX desse ano para uma possível antecipação e também para falar sobre a Lei Kandir. E a perspectiva que temos é que de fato a União está vivendo a crise dela e costas para os Estados e municípios. Na realidade, os Estados e municípios, inclusive em relação ao

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS FÍSICAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 9H.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

FEX e a Lei Kandir, as propostas são muito conservadoras, muito aquém do que foi proposto no relatório da Comissão Especial que é partilhar os R\$ 39 bilhões de reais.

Então, de fato temos que manter o nível de articulação política para que consigamos colocar no orçamento do ano que vem com impositivo para a União valores que suportem as perdas que Mato Grosso tem com desoneração das nossas exportações dos produtos de Mato Grosso. Tivemos no final reduzindo o que foi transferido aos municípios um resultado, isso é significativo, ainda que superior ao ano passado, mas inferior ao que está previsto na lei orçamentária de quase 7%.

Abrimos a receita tributária e o ICMS, como eu disse, temos feito um trabalho de combate à sonegação que tem dado resultado. Se não tivéssemos fazendo esse trabalho junto com a equipe da receita pública talvez as dificuldades pudessem ser ainda maiores. Nós tivemos um incremento de 15% em relação ao ano passado, mas em relação ao que está previsto na Lei Orçamentária desse ano nós crescemos 1,8%, quer dizer, o ICMS com o trabalho que tem sendo feito pela receita pública tem conseguido ainda sustentar minimamente ainda as nossas despesas obrigatórias do Estado. E assim também no IPVA. Vejam que no IPVA, aquilo que eu estava mencionando, Prefeito, em relação ao ano passado nós realizamos R\$ 306 milhões e esse ano nós já aumentamos. No primeiro quadrimestre arrecadamos R\$ 351 milhões de reais, aumentou 14% em 3% em relação ao que está previsto na LOA. Esse é o nosso esforço concentrado. Trabalhar para que essas receitas próprias melhorem, que diminuamos a nossa sonegação...

s/tmr

0908au05.tmr

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... que diminuamos a nossa sonegação. Isso aqui nos dê condição de superar a crise, nos recuperar do ponto de vista fiscal, rumando para o equilíbrio.

O ITCD houve um movimento de alteração de legislação. Isso implicou também numa queda de arrecadação. É uma receita que deveria ser muito melhor explorada. Nós tentamos, mas os níveis de alíquota e as faixas de isenção no Estado de Mato Grosso são maiores do que outros estados. Isso também, Deputado Wilson Santos, é obvio que é um debate que deve merecer a atenção na próxima Legislatura, mas é um tema que o ITCD é uma receita própria muito importante que deve também ter uma atenção do ponto de vista legislativo. Não é possível que um estado do tamanho do nosso com a riqueza que nós temos do ponto de vista patrimonial, que nós arrecademos entre o imposto *causa mortis* e por doações apenas 20 milhões de reais. Não é por falta de trabalho da fiscalização. Isso se deve a uma relativa frouxidão da legislação tributária aqui em Mato Grosso. É uma receita que devemos trabalhar para ser melhorada.

Aqui é o Imposto de Renda, retido na fonte dos servidores públicos, as taxas. Nós tivemos na receita tributária em função da frustração sobretudo aqui no ITDC uma queda de menos 0,7% em relação ao que estava previsto, mas um aumento de 11% em relação ao ano passado. Isso tem nos ajudado a chegar até o dia 09 de agosto de 2018. A eficiência na arrecadação tributária, a eficiência da fiscalização em combater a sonegação em trazer para a formalidade empresários, que não são bons empresários. A Federação do Comércio, de Indústria reconhece que é o combate à sonegação é bom para o estado, é bom para o cidadão e é bom para o próprio atacado, do próprio varejo em virtude de quem sonegar fazer concorrência desleal.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS FÍSICAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 9H.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

Também um detalhamento maior das receitas de impostos estaduais. Isso vai ficar disponível para todos acessarem depois e fazerem os devidos estudos, mas colocamos todo o detalhamento do ICMS, o principal multa, juros, dívida ativa. Houve uma alteração na metodologia esse ano que está sendo considerado como ICMS, mesmo o que é arrecadado de multa, juro de dívida ativa. Isso do ponto de vista técnico há uma boa divergência, mas está tudo colocado como ICMS, como IPVA e como ITCD, demonstrando que temos atuado bem na área de arrecadação tributária.

Agora nas transferências correntes, o FPE melhorou 4% em relação ao previsto e 7% em relação ao passado. Isso se deve em razão da lenta recuperação econômica. Nós sabemos que é formado por 21,5% do IPI e 21,5% do Imposto de Renda arrecadado.

No ano passado no mesmo período foram 680 milhões, este ano já foram transferidos da União para cá 52 milhões de reais a mais. Isso se deve a recuperação econômica. Nós temos que estarmos muito atentos a isso, estados e municípios, porque a União tem sistematicamente avançado sobre as bases tributárias do IPI e do Imposto de Renda trazendo prejuízos aos estados, que essa é a receita que a Constituição determina, que é partilhada com os estados e municípios em favor, no caso da União.../tan

0809au1.06.tan

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO...em favor, no caso da União institui contribuições, contribuições sociais, de intervenção de domínio econômico que atingem a base do IPI e do imposto de renda isso ela não transfere, por exemplo o PIS e Confins, é uma grande arrecadação da União que não é partilhada com os Estados.

É uma crítica que nós fazemos ao federalismo ao pacto federativo, a essa centralização das arrecadações tributárias nas mãos da União.

Se em 88 houve uma descentralização, tivemos de 88 para cá uma nova centralização. Hoje os recursos públicos, as receitas tributárias estão muito centralizadas em função da hipertrofia dessas contribuições sociais federais, que não são partilhadas com Estados e Municípios, e com uma atrofia do IPI e do Imposto de Renda, isso se reflete numa certa estagnação do FPE, que não cresce nos mesmos níveis do que cresce a Receita Federal.

A Receita Pública Federal, no caso, Receita própria da Federação da união cresce a níveis maiores do que a transferência para os Municípios e Estados, de IPI e imposto de renda, é algo significativo e também é uma bandeira dos Estados.

O SUS, no ano passado, nós tivemos uma grande queda; uma queda de quase 20%, houve uma relativa a recuperação, tivemos um bom repasse nesse exercício, algumas coisas vieram acumulada do ano passado, de repasses do ano passado. Vamos ver como vai se comportar nos próximos 2 quadrimestres.

Aqui é a grande vergonha, Lei Kandir, veja Mato Grosso, o maior exportador do país, exportamos em torno, de 25%, 24% da Balança Comercial Brasileira...s/cac...

0809au07.cac

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ... 24% da Balança Comercial Brasileira. Mato Grosso exporta dos R\$ 110 bilhões de reais do nosso PIB, R\$ 55 bilhões de reais são de exportações

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS FÍSICAS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 9H.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

do nosso Estado para outros países, o que fortalece a Balança Comercial Brasileira. Nós entramos na justiça e ganhamos na justiça o direito de sermos ressarcidos em níveis razoáveis. Só para se ter uma ideia, Mato Grosso perde por ano R\$ 5 bilhões de reais de ICMS com as exportações. E olha o quanto nós somos recompensados: em quatro meses fomos recompensados em R\$ 9,3 milhões de reais. E o FEX, o que a União não considera como obrigação dela ela fala que é um auxílio voluntário como uma compensação. As exportações entram quando e se a União quiser e sempre na última semana do ano. Esse ano estamos trabalhando, portanto, para que seja antecipado.

Nós teremos também na Lei Kandir essas duas rubricas, essa Lei Kandir, que é um ressarcimento previsto na Lei Complementar nº 115, de 2002, seja fundida com o FEX e tenhamos repasses mensais.

(O SR. PALESTRANTE DEMONSTRA OS DADOS PELO DATASHOW)

Assim como acontece com o FPE. A ideia colocada seria que pelo menos tivéssemos para o ano que vem em torno de R\$ 800 milhões de reais para Mato Grosso. Oitocentos milhões de reais partilhado em doze parcelas e teremos algo no mês de setenta milhões de reais. Essa é a bandeira que estamos conduzindo pela Secretaria de Estado de Fazenda liderando uma comissão de Secretário de Fazenda do país, mas também os municípios estão nisso, é uma agenda do Parlamento. O Deputado Wilson Santos também tem batalhado muito nas agendas pela liderança do PSDB na Câmara Federal também, para que tenhamos a condição de votar nessa Lei Kandir, nessa regulamentação o mais breve possível. A nossa recuperação fiscal dos Estados e dos municípios passam necessariamente pela regulamentação da Lei Kandir.

Se tivéssemos nos próximos três, quatro anos, essa receita, Mato Grosso sai, recupera-se muito rapidamente, nós somos um Estado grande, pujante, mas precisamos ser recompensados com aquilo que nós contribuímos com o nosso país.

As transferências do SUS, isso foi aberto entre o previsto e o realizado, para onde está indo o dinheiro? Agora no primeiro quadrimestre vocês conseguiram? O de média e alta complexidade, de R\$ 80 milhões previstos vieram só R\$ 16 milhões, é isso que sustenta os nossos hospitais regionais. Os nossos hospitais regionais para fazer cirurgias que fazem de alta e média complexidade, não é só o Estado que deve colocar o dinheiro...

s/tmr

0809au08.tmr

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... não é só o estado que deve colocar o dinheiro. Quem deve fazer as transferências é a União. E vejam como a União não apoia a saúde pública brasileira, e, sobretudo, a saúde pública mato-grossense.

Então, quando se fala de saúde nós temos que mente que há aqui uma parcela de responsabilidade que eu diria gigante do ponto de vista do dinheiro que deve ser aportado da União. Isso vem se frustrando sistematicamente.

Os recursos não têm vindo. Olha, nós teríamos 64 milhões reais a mais, em quatro meses, são 16 milhões de reais por mês que a União deveria ter aportado, e não aportou. Então, é muito significativo que nós tenhamos isso também em mente, de que a União não tem feito a sua parte, quando se trata de saúde pública. O estado tem feito seu esforço praticamente sozinho no momento de pior crise nacional nós tivemos em 2015 e 2016, 7% de queda no PIB; 3,5% em cada ano, e o estado fez a saúde pública em Mato Grosso nos seus hospitais regionais na média e alta

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS**  
**FÍSCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018,**  
**ÀS 9H.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

complexidade, praticamente, sozinho, sem o apoio do Governo Federal. Isso é importante deixar claro. Eu estou falando aqui do 1ª Quadrimestre de 2018.

Aqui são as contribuições só para detalhar. Já falamos dos impostos, das taxas, falamos das transferências, aqui são as contribuições. Aqui está o FETHAB.

O nosso FETHAB, entre o previsto e o realizado, houve um aumento de 16%. Isso nos apoio fortemente os 2.500 quilômetros de estradas que foram feitas nesses últimos três anos.../tan

0809au1.09.tan

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ...Que foram feitas nesses últimos três. E junto com o setor produtivo, com o FETHAB adicional, que é o FETHAB sobre as commodities, que também foi previsto 194 milhões, e realizamos 242, acho que tem um erro aqui? Só ficou vermelho. Na verdade houve um incremento de 24%, veja, a nossa produção ela tem sido nesse ano, bastante eficiente, bastante efetiva. Houve um aumento na arrecadação do FETHAB.

Ai, são as demais receitas, Receitas Patrimoniais, Agropecuárias, é um bloco de receitas que não são muito relevantes, mas além da responsabilidade fiscal, impõe a necessidade de demonstração.

Entrando nas Despesas, tivemos às despesas Orçamentárias Correntes, tivemos uma previsão de 5 bilhões e 100, e uma liquidação de 4 bilhões e 300, tivemos entre o previsto e o efetivamente liquidado de 16%, 3 a menos no Pessoal e Encargos, Juros Encargos da Dívida e aqui há o custeio.

Estamos segurando muito, o Governo tem feito a sua parte na crise, de segurar as despesas, só está se gastando com custeio de despesas consideradas absolutamente essenciais, esse é um trabalho daquilo que estava previsto de 1bilhão e 400, houve a liquidação de 700 milhões de reais. Então, aqui há um esforço enorme de contenção de despesa, estamos controlando com muito vigor a concessão de novos empenhos, e conseqüentemente não ocorrem as liquidações, por isso que está dando essa diferença.

Nas despesas de capital, vejam, com a previsão de 554 milhões de investimentos. Investimos 32 milhões de reais, dentro daquilo que mencionei em relação à efetividade das transferências de Bancos Públicos e mesmo do BNDES.

Fechamos o total de Despesas Orçamentárias, entre o previsto e efetivamente empenhado, de uma queda de 22%. É o trabalho que estamos fazendo para chegarmos ao final do ano em uma condição muito melhor do que nós fechamos 2017, esse é o esforço da equipe econômica da Secretaria de Fazenda, do Tesouro Estadual, que nós chegemos há 31 de dezembro de 2018, numa posição melhor que estávamos em 31 de dezembro de 2017, demonstrando que de fato estamos rumando para o reequilíbrio das contas públicas.

Temos, e isso não é segredo para ninguém, na demonstração que as nossas despesas com o Pessoal e Encargo Sociais, ela tem em função de leis que foram aprovadas sem os devidos estudos de impactos orçamentário e financeiro, no ano, sobre tudo, de 2014, isso eu já disse e está registrado pelo Tribunal de Contas, inclusive no relatório do conselheiro João Batista Camargo, que votou as constas de Governo no Tribunal de Contas ele era relator, e votou em junho no TCE, e demonstra muito claramente quando que houve a aprovação das leis que levaram a esse

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS**  
**FÍSCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018,**  
**ÀS 9H.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

Estado de coisas aqui. Há uma expansão enorme das despesas com o pessoal, aqui é uma relação de quanto cresceu a despesa com o pessoal e quanto cresceu a Receita Tributária líquida...s/cac...

0809au10.cac

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... cresceu a receita tributária líquida. Vejam que até 2014, vinha num relativo equilíbrio entre o que variava a despesa com pessoal e o que variava aquelas receitas que são atribuídas, que são as receitas próprias, que é o ICMS, o IPVA, o ITC. São as receitas que o Estado arrecada, que nós temos domínio. Vejam que em 2015, por um... desculpe dizer, mas é preciso, é necessário, por conta do que ocorreu em 2014, com leis que foram aprovadas em 2014, olha o que já aconteceu em 2015: tivemos uma variação onde as receitas cresceram 9%, mas as despesas com pessoal que foram as implantações das leis de carreiras cresceram 17%.

(O PALESTRANTE DEMONSTRA OS DADOS PELO DATASHOW)

Em 2016 as receitas cresceram 16% e a despesa 22%, vejam em 2017, talvez no maior momento da crise financeira nacional nós crescemos a receita 3% e a despesa cresceu três vezes mais, foi para 9,8%. E em 2018, no primeiro quadrimestre, estamos sempre falando do primeiro quadrimestre, as receitas tributárias cresceram 20% e tivemos um crescimento de despesa com pessoal de 28%. Nós começamos conter, mas há de fato um descolamento. Então, só para citar um dado, as receitas cresceram 75% e eu estou falando apenas das despesas com pessoal, elas cresceram 102%, quase 30% a mais, eu estou falando apenas da receita tributária. E tivemos nesse período como bem lembrou o Deputado Wilson Santos, uma crise que retirou, diminuiu as transferências federais. Vejam que o Estado praticamente se autossustentou com as receitas próprias, as receitas tributárias, dada a queda nas transferências federais. Então, isso explica também as dificuldades de caixa pelas quais o governo atravessa no atual momento. Mas certamente apontando um cenário de recuperação fiscal que teve o apoio inclusive dessa Casa na propositura. Primeiro, na PEC dos gastos, para que as despesas com pessoal doravante só cresçam no máximo o que variou a inflação no ano anterior isso para os próximos cinco anos. E aprovamos também nessa Casa, o que foi muito importante, o Fundo de Estabilização fiscal, que são recursos. Vejam que enquanto está frustrando as transferências federais na área da saúde para o Estado, Mato Grosso, nós, o governo tem procurado soluções e tem encontrado respaldo na Assembleia Legislativa. O Fundo de Estabilização Fiscal, 80% desses recursos arrecadados com ele já fechamos o primeiro mês da arrecadação, fechamos ontem, arrecadamos em torno de...

s/tmr

0809au11.tmr

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... fechamos o primeiro de arrecadação, fechamos ontem, arrecadamos em torno de 15 milhões de reais no primeiro mês, Deputado Wilson Santos. Essa é uma notícia importante, trago aqui em primeira mão para este Parlamento, na Comissão, os números fechados, ontem, desses 15 milhões 20% irão para os hospitais filantrópicos, conforme foi aprovado para seis hospitais filantrópicos e 80% do recurso, em torno de 12 milhões de reais, ficam disponíveis para a Secretaria de Estado de Saúde para aplicar nos hospitais regionais, na atenção básica, na assistência farmacêutica. Enfim, integralmente, para aplicar na saúde pública.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS FÍSCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 9H.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

Isso não é imposto. O Fundo de Estabilização Fiscal é bom dizer que é um percentual que é recolhido por aquelas empresas que têm incentivos fiscais, são as empresas que estão que estão isoneradas e que neste momento de crise vão contribuir com o estado num percentual para que tenha o estado tenha condição de se recuperar do ponto de vista fiscal e de reequilibrar.

Então, a sociedade faz um esforço abrindo mão de receitas tributárias para alguns setores empresariais. Nesse momento é um retorno que essas empresas dão ao estado para continuar usufruindo desses incentivos fiscais. Portanto, foi uma atitude corajosa. Nós abrimos um diálogo com o setor produtivo. Houve a compreensão de todos os lados. A lei foi aprovada, inclusive com o trabalho hercúleo do Deputado Wilson Santos em relação a esse tema pela Vice-Liderança do Governo que nós conseguimos aprovar e colocamos mais 15 milhões de reais todos os meses até o final do mês na saúde. Eu tenho certeza que o Secretário Luiz Soares fará bom uso desse recurso e não deixará que seja mal gasto e qualquer tipo de descontinuidade na prestação de serviço.

Aqui é importante mencionar, falando do pessoal e encargos, o quanto cresceu de 2015 até 2018 no 1ª Quadrimestre sempre.

Vejam só, o Executivo de lá para cá de 2015 para 2018 nós saímos de 1 bilhão e 900 no 1ª Quadrimestre, em quatro meses, para gastar 3 bilhões e 400. Quer dizer, nós estamos falando que houve um incremento de despesa com pessoal em um Quadrimestre de 2015 para 2018 de 1 bilhão e meio de reais a mais. Isso conforme, eu mencionei, é um impacto decorrente de leis anteriormente aprovadas. Houve um aumento de 51.

Como essa é uma Audiência Pública que apresenta os resultados fiscais do Estado de Mato Grosso, não é só do Poder Executivo, e o Estado é formado por Executivo, Judiciário, Ministério Público, Assembleia Legislativa, TCE, nós também apresentamos aqui em nome do Tesouro estadual os demais entes, os demais Poderes.../tan

0809au12.tan

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ...Os demais entes, os demais Poderes; o Judiciário com 23% de incremento no 1º Quadrimestre, de 2015 para 2018; o Ministério Público com 23% também, de 2015 para 2018; a Assembleia Legislativa... São dados extraídos do FIPLAN, pode ser que haja alguma divergência com relação aos dados que cada Poder dispõe, mas já deixo registrado, que são dados que nós extraímos da equipe técnica do Tesouro estadual, extraiu do FIPLAN. Então, são dados , e isso é um relatório do FIPLAN, relatório 617, só para deixar e tornar claro qual é a fonte desses dados.

A Assembleia 88%, e o TCE teve um aumento de 32 %. Na média Houve um aumento de 48% do Estado de Mato Grosso nesses quatro anos, de Despesas com Pessoal, saímos de 2 bilhões e 200, saltamos para 3 bilhões e 900, houve um incremento de 1 bilhão e 700...

O SR.PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Secretário Rogério Gallo, o senhor me permite?

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Por favor!

O SR.PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Como fui professor de matemática na 5ª série, está errado ali, na primeiro coluna do Executivo o aumento foi de 76,4; não foi de 51.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Isso Luiz?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS FÍSCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 9H.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR.PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – É 76... Salta os olhos, se o senhor empurrar 2015 para 2 bi, 50% é 1bi, 1bi e meio, aquele número foi de 76,4 % de aumento. Quer dizer, inacreditável.

O SR. ROGÉRIO GALLO – O que já era ruim tornou-se um número ainda pior. Do ponto de vista da sustentação fiscal, do equilíbrio que deve existir entre Receita e Despesa, isso eu estou falando de três anos, de 2015 há 2018.

Se dividir pela quantidade meses, é exatamente isso que nós estamos falando, 2% ao mês.

De fato está errado mesmo, se fosse 50% saltaria para 3 bilhões, fica anotado, o Luiz estará corrigindo na Planilha, na apresentação, e fará a disponibilização de modo correto.

Boa Deputado Wilson Santos! Gostei, além de historiador, matemático também. Mandou bem.

A variação do serviço do Serviço da dívida, houve uma redução de 2017 para 2018, em razão de 2016 para 2018 e 2016 para 2018 em razão da renegociação que houve, pela lei complementar 156. Tivemos um esforço menor para pagar juros. Quando falamos de serviço da dívida, é o que o Estado paga da sua dívida de juros, em quatro meses, pagamos em 2018, 345 milhões de reais de juros. Ai está para a União, Caixa Econômica, Banco do Brasil e também para o BNDES...s/cac

0809au13.cac

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... para a Caixa Econômica, Banco do Brasil e também para o BNDES. Se você multiplica por quatro, dá mais ou menos um bilhão e duzentos, um bilhão e trezentos que são as operações e crédito que foram firmadas no passado e que hoje somos obrigados a pagar, o Estado é obrigado a pagar os juros.

Despesas orçamentárias liquidadas, quer dizer, aquilo que está pronto, apto para pagamento. Pessoal e encargos de dois e duzentos é para treze e quatrocentos. Isso aqui demonstra, Deputado Wilson Santos, o quanto representava da despesa em relação ao orçamento total.

(O PALESTRANTE DEMONSTRA OS DADOS DO DATASHOW)

Em 2015, era 71% do orçamento total era pessoal e encargos, nós estamos em 2018 já com 77%, que entra naquela conta que Vossa Excelência mencionou, de fato a relação é de 70% de incremento de 15% para 18%. Então, veja, há uma tendência de crescimento bastante grande e um achatamento das despesas com custeio. Nós tínhamos 16% e fechamos com 15%. A amortização da dívida e junto com o principal, nós já pagamos R\$ 197 milhões de reais e juros e encargos da dívida, mais R\$ 147 milhões de reais. Então, a despesa orçamentária liquidada em 2018, no 1º quadrimestre chegamos a R\$ 4 bilhões e 548 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O que chama a atenção Secretário é que 1% de investimento. Apenas 1% de investimento! Nós gastamos 7% de pagamento de dívida e só 1% de investimento!

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – É isso.

Vou fazer justiça agora à equipe, eu não li uma nota naquele quadro anterior, está o crescimento real descontado a inflação. Vamos voltar lá, está aqui: real!

(O PALESTRANTE DEMONSTRA OS DADOS PELO DATASHOW)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS FÍSCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 9H.**

(TEXTOS SEM REVISÃO)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Eu preciso fazer justiça junto à equipe técnica. Então aqui está descontado e quando fala real desconta a inflação. O número com a inflação dá os setenta e tantos por cento, então isso que é impactante, porque além da inflação houve um ganho real de 51%. Porque muitos poderiam dizer: “Olha, foi 51% mas teve 25% de inflação.”. Não! O que estamos dizendo é: houve 51% nesses quatro anos de quinze para dezoito de ganho real já descontada a inflação. Adicionada a inflação o número chega a setenta e tantos por cento.

Então, fica feito o registro e a correção, Deputado Wilson Santos. Eu não tinha observado que eles fizeram a conta já descontada a inflação.

Aqui é gráfico em pizza para demonstrar o quanto o Pessoal e os encargos tem ocupado o orçamento do Estado...

s/tmr

0809au14.tmr

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... para demonstrar Pessoal e Encargos tem ocupado o orçamento do estado, o peso dessa despesa obrigatória tem consumido praticamente todo o esforço fiscal.

E as outras despesas correntes basicamente aqui nós estamos falando em outras despesas correntes, estamos falando de custeio da máquina pública, estamos falando do que mantém políticas públicas de pé, viaturas da polícia, gasolina, combustível, diárias, enfim, tudo está dentro desse grupo de outras despesas correntes.

Os indicadores de avaliação fiscal, já encaminhando para a reta fiscal da nossa apresentação.

Receita total, tivemos nesse 1ª Quadrimestre de 5 bilhões e 400. Tivemos uma despesa total empenhada de 5 bilhões, tivemos um superávit de 550 milhões. Esse esforço de conter as despesas no exercício tem dado condições de pagarmos o Restos a Pagar. Nós pagamos já este ano 1 bilhão e 400 do exercício anterior. Então, vejam se nós tivéssemos aqui liberado os empenhos de acordo com a receita total, tivéssemos empenhado 5 bilhões meio não teríamos condições de ter pago, o que já foi pago de Restos a Pagar nesse período. Isso demonstra responsabilidade fiscal e medidas de contenção de despesas para que nós tenhamos condição de recuperar o equilíbrio entre receita e despesa. Quanto mais economizarmos aqui - e entra, Deputado, a PEC de Gastos - em todos os exercícios daqui até os próximos quatro anos, já estamos no primeiro ano, nós vamos ter condições de zerar essa conta aqui, de chegarmos a uma posição de equilíbrio, que as receitas de um ano cumprirem todas as despesas daquele respectivo exercício. Então, é esse esforço que deve ser compreendido.

A nossa dívida consolidada que basicamente de 6 bilhões e 400, que é tudo que o estado deve para todos os bancos, para a União, deduzindo ali 1 bilhão e 900, que está compreendido disponibilidade de caixa bruto e demais haveres financeiros, nós chegamos a mais dívida consolidada líquida de 4 bilhões e 400. Em relação a nossa receita corrente líquida dá um endividamento de 32%. Podemos observar. Mas tem uma disponibilidade de caixa bruto de 2 bilhões e 300 é preciso mostrar e tornar claro o que significa isso.

A disponibilidade de caixa por Poder .../tan

0809au15.tan

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS FÍSCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 9H.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ...A disponibilidade de Caixa por Poder, como estamos falando do Estado, não significa que os 3 bilhões 300 estejam no caixa do Tesouro à disposição da Secretaria de Fazenda, são recursos que estão nos Poderes, portanto, são os Poderes que tem o domínio sobre eles, ou são recursos vinculados para os quais não podemos utilizar em outras finalidades.

O Legislativo, na posição de 31/12/2017 a 100 milhões, na posição de 30 de abril tinha em caixa 104 milhões; o Judiciário 557 milhões em caixa no dia 30 de abril, é importante deixar claro, é o 1º quadrimestre; o Ministério Público, 109 milhões de reais em caixa; o Executivo com 1 bilhão e meio, sendo, e aí é importante o número. Contas de Convênio 495 milhões, são recursos decorrentes de convênios com aplicações já definidas, vinculadas, que não podemos utilizar, geralmente para obras públicas, contas especiais, FUNDEB, que são todas aquelas contas com vinculações que não podemos utilizar para pagar despesas livres do Tesouro.

Na conta única do Tesouro 187 milhões, mas fiquem tranquilos, já foi gasto, isso é uma posição de 30 de abril. Como pagamos a folha no dia 10 de maio, esses recursos foram consumidos, mas estavam no caixa em 30 de abril, é uma fotografia do caixa em 30 de abril de 2018; a conta de arrecadação 172 milhões de reais que estão em transe e que fecham os 2 bilhões e 300.

É importante deixar claro, que dos 2 bilhões e 300, temos 1 bilhão e 100, mais 1 bilhão e 750 milhões, estamos falando em torno de 2 bilhões de reais que estão fora do alcance do Tesouro estadual, sejam porque estão com os Poderes, sejam porque estão em contas de convênio, contas especiais.

Na saúde e educação os índices de aplicação, lembrando que os índices mínimos de aplicação são de 22% de 12% na saúde, e de 26,5% na educação, em função da emenda constitucional aprovada pelo Deputado Wilson Santos, lá em 2015, que cresce meio por cento ao ano.

Aqui demonstra que nós temos na saúde, no 2º bimestre que já coloquei, trouxe a informação até 30 de junho também, já colocamos o 3º bimestre. Temos já empenhado na saúde, no 3º bimestre 12,3%, e já liquidado 9,1%...s/cac..

0809au16.cac

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... e já liquidado 9,1%, tem despesa e liquidação que dependem atesto de notas fiscais, liquidação de entrega de serviços e na saúde sabemos que essas liquidações demoram até que as faturas sejam devidamente conferidas e que a despesa esteja liquidada, mas o empenhado já está em 12,3%.

(O PALESTRANTE DEMONSTRA OS DADOS PELO DATASHOW)

E na educação, esse é o governo que aplica mais do que determina a Constituição Estadual. Nós já estamos no 3º bimestre liquidado em 29,9%, lembrando que dentro está a UNEMAT.

O histórico dos percentuais desde 2013, na saúde, educação e segurança. Vocês podem observar sobretudo um movimento que é importante trazer, embora não tenha índice de aplicação mínima em segurança pública, a Constituição na prevê, mas vejam que o governo fez um

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS FÍSICAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 9H.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

esforço enorme de investimento na segurança pública. Nós saltamos, eu trouxe, eu acho muito significativo esse gráfico, em 2014, se gastava R\$ 1 bilhão e 300 milhões de reais em segurança pública. E gastamos em 2017, R\$ 2 bilhões e 200 milhões de reais, quer dizer, houve um incremento de R\$ 900 milhões de reais. Desses R\$ 900 milhões de reais, não significam que sejam os três mil e trezentos policiais, isso implicou num aumento de R\$ 100 milhões de reais ao ano, com a posse dos três mil e trezentos policiais militares. O que tem é de fato investimento, é melhoria nas condições de trabalho, melhoria nas viaturas públicas, enfim, é investimento em segurança que se traduziu, não sei quem viu hoje, na capa da Gazeta e do Diário de Cuiabá, vou fazer um *Merchandising*, que colocam na manchete que ontem uma operação da Polícia Militar com a Polícia Civil foram presos e desarticulada uma quadrilha, uma facção criminosa do Comando Vermelho, noventa e quatro presos, pessoas da mais alta periculosidade que estavam amedrontando os bairros de Cuiabá e as cidades do interior, formando milícias. Isso nos tornaria, se não houvesse esse investimento de catorze para cá de R\$ 900 milhões de reais em segurança pública, nós teríamos uma condição que beiraria, com todo respeito ao Estado que eu adoro, o que ocorre hoje no Rio Grande do Norte, um controle praticamente quase total das cadeias e das ruas com absoluta insegurança. Houve um esforço também além de se cumprir os mínimos de saúde e de educação, um esforço enorme na área da segurança pública para que não tivéssemos em Mato Grosso uma situação de insegurança maior do que vivemos e observamos em outros locais. Isso é muito significativo!

É um histórico do que eu acabei de dizer...

s/tmr

0809au17.tmr

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... isso é muito significativo.

É um histórico, é aquilo que eu acabei de dizer, em saúde, educação e segurança, nós já gastamos nesse 1º Quadrimestre nessas três áreas cerca de 2 bilhões de reais.

Aqui entra um componente que são os indicadores, os índices da Lei de Responsabilidade Fiscal em relação a gastos com Despesas com o Pessoal.

No Poder Executivo ainda está de acordo com as Consultas nº 28 e 29 do Tribunal de Contas do Estado que se encontra em reanálise pelo TCE, que retira da base do valor gasto com o Pessoal o Imposto de Renda, e, no caso do Executivo, tira também a Defensoria Pública. Então, com base nesses critérios estabelecidos por essas duas consultas do Tribunal de Contas estamos com aqueles percentuais.

Agora se aplicarmos aquilo que a Secretaria do Tesouro Nacional determina para o país todo no Manual de Contabilidade Aplicada, que foi isso que motivou o Tribunal de Contas a reabrir a discussão em torno daquelas duas consultas para verificar se eles mantêm o Imposto de Renda fora dos gastos com Pessoal ou reintroduz nós também por transparência colocamos as duas lâminas.

Uma com a posição atual do Tribunal de Contas com base nessas duas consultas, que eu mencionei; e a outra com base na versão da Secretaria do Tesouro Nacional. Inclusive a Secretaria do Tesouro Nacional por conta do Programa de Acompanhamento Fiscal, nós somos obrigados a gerar esse relatório, Deputado Wilson Santos, e encaminhamos à Secretaria do Tesouro Nacional para publicarmos também. Então, hoje estamos publicando essas duas planilhas com a

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS FÍSICAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 9H.**

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

versão do TEC, de acordo com as consultas, e também com a versão da Secretaria do Tesouro Nacional.

Vejam que estamos no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal para o Executivo é 49%, nós estamos com 54,95%. Quer dizer acima do gasto permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Poder Judiciário próximo a isso, 5,32%; a Assembleia Legislativa também com os dados que nós temos, é importante deixar claro, são dados do FIPLAN, quando falo dos Poderes são dados extraídos do Relatório 617, do FIPLAN. Pode ser que haja algumas divergências e certamente os Poderes poderão dialogar com a nossa equipe técnica para fazer os ajustes, mas são dados oficiais do FIPLAN.

A Assembleia Legislativa estaria com 1,88% sendo que o limite é 1,77%; o Tribunal de Contas 1,8%, o limite é 1,23%; e o Ministério Público 1,98%, o limite seria 2%. De novo, por favor, com essa advertência. São dados do .../tan

0809au18.tan

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... São dados do FIPLAN. Em relação ao Poder Executivo, temos 100% de certeza que são dados que nós trabalhamos e se encontram no FIPLAN, alimentado por nós mesmos, talvez nos Poderes não tenha ocorrido isso e podem ter alguma divergência, por isso que é importante que as equipes dialoguem.

Demonstra um gráfico, não tem o limite vermelho? É o limite do Poder Executivo, estabelecido de responsabilidade fiscal; o verde é a resolução de consulta do Tribunal de Contas, pelo Tribunal de Contas o Poder Executivo está abaixo nos primeiros quadrimestres. Mas se utilizarmos ali o manual da Secretaria de Tesouro Nacional, que é o azul, a coluna azul, nós estamos estourados já há algum tempo, desde de 2016 salve engano.

Estaríamos hoje, no fechamento do 1º quadrimestre de 2018 com índice de 54,95%, é algo que realmente é preocupante, porque comprometem as receitas correntes do Estado, você não pode avançar, por isso que há o limite de gastos com o Pessoal em 40%, 49%. É esse o debate, é um debate técnico que se encontra no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Qual critério vai prevalecer? Se o intuito do próprio TCE de 16, ou se tem o entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional, e é isso que está em debate lá no TCE.

A Receita Ordinária Líquida do Tesouro, não se preocupe que esse monte de números, isso por transparência, somos obrigados a trazer, a emenda constitucional nº 81, obrigou... Essa Receita Ordinária Líquida do Tesouro, ela é base para que pagamos e comece a resgatar o passivo que existe com os Poderes, lá foi estabelecido que 20% do que tiver de excesso de arrecadação da Receita Ordinária Líquida do Tesouro, nos quadrimestres seriam encaminhados para pagamento desse passivo, na força do passivo de cada um dos poderes, por obediência a emenda constitucional nº 81, aprovada por esta Casa em 2017, nós trazemos e já foi apresentado a todos os poderes em reunião, já foi apresentado esses números, mas também a sociedade tem que conhecer.

E por que foi colocado a receita ..s/cac...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS**  
**FÍSCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018,**  
**ÀS 9H.**

(TEXTOS SEM REVISÃO)

---

0809au19.cac

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - ... o por que foi colocada a receita ordinária líquida do Tesouro? Porque são com esses recursos que o Tesouro Estadual e a Secretaria de Fazenda pode utilizar para fazer pagamento do duodécimo.

Então, utilizando o ICMS e o IPVA todas as receitas são consideradas desvinculadas e isso consta da Emenda Constitucional. Se você pegar o que estava previsto líquido com aquilo que foi realizado líquido, houve uma frustração de R\$ 26 milhões de reais, é por isso que nesse primeiro quadrimestre não houve excesso de arrecadação da receita ordinária líquida do Tesouro Estadual. É por isso que nesse caso, nesse quadrimestre não há repasse a ser feito adicional aos Poderes. É importante deixar claro que em 2018, nós estamos com exceção do custeio do mês de janeiro, os Poderes preferiram receber uma parcela do mês de dezembro que dá algo em torno de R\$ 50 milhões de reais e todas as demais parcelas, tanto da folha de pagamento dos Poderes, quanto do custeio dos Poderes estão em dia. Tanto que, vocês podem observar, que em 30 de abril de 2018, como eu mostrei a disponibilidade de caixa, todos eles tem recursos em caixa.

(O PALESTRANTE DEMONSTRA OS DADOS PELO DATASHOW)

Quer dizer, o governo, o Poder Executivo, o Tesouro Estadual está honrando com aquilo que se encontra na Lei Orçamentária Anual, é um compromisso nosso de respeitar os Poderes na medida daquilo que o Tesouro tem forças para honrar. E nesse ano nós temos dito condição de honrar com os Poderes e não há atrasos com exceção desse mês de janeiro em que houve um diálogo com os Poderes e eles preferiram receber dezembro, do exercício anterior ao invés de receber o custeio de janeiro. Com exceção desses R\$ 50 milhões de reais, nós já transferimos, repassamos todos os demais recursos devidos de duodécimo aos Poderes constituídos do Estado de Mato Grosso.

Encerra-se a nossa apresentação. Vocês observam que o governo tem feito um esforço fiscal bastante grande para melhorar a arrecadação e nós temos melhorado em relação ao ano passado. E um esforço também em conter novas despesas, então, isso gerou no primeiro semestre um superávit só pegando esse exercício de R\$ 500 milhões de reais e esse R\$ milhões de reais foram utilizados para que pagássemos despesas de exercícios anteriores.

Esse é o nosso objetivo, com o ajuste fiscal que seja rígido, duro, responsável e que o Estado tenha condição de mais adiante, logo adiante voltar a fazer investimentos em benefício da sociedade.

Agradeço muito a atenção de todos. Fico à disposição, Sr. Presidente, para eventuais esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso que agradece a presença do Secretário de Estado em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000, estamos realizando mais...

s/tmr

0809au20.tmr

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - ... de Responsabilidade Fiscal de 2000, estamos realizando mais uma Audiência Pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS  
FÍSCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018,  
ÀS 9H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu quero chamar atenção da nossa presença física aqui, porque sou Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Esta Audiência Pública estava marcada para ontem, mas houve uma série de contratempos e foi desmarcada e transferida para hoje, e acontece na sua plenitude, atendendo rigorosamente o § 4º do Art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, do dia 04 de maio de 2000, que é popularmente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborada e editada na gestão do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Então, agora abro a palavra aos presentes.

Indago se há alguém que gostaria de usar a palavra, de fazer algum questionamento ao Secretário de Estado?

Temos jornalistas aqui. Quero registrar a presença do jornalista Weller Marcos, um dos baluartes da comunicação deste Estado, há mais de quatro décadas com o seu jornal *A Crítica*. Trabalhou em vários veículos de comunicação, Membro do Instituto Histórico e Geográfico deste Estado. Agradeço a presença do meu amigo Getúlio, baluarte também na vida político-partidária, fundador do PT, do PDT, no final dos anos 70. Muito obrigado pela presença!

Não havendo quem queira questionar o Secretário, eu declaro encerrada esta Audiência Pública.

Muito obrigado!

021////////

022////////

023////////

024////////

025////////

026////////

027////////

028////////

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS  
FÍSCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018,  
ÀS 9H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

029////////

030////////

031////////

032////////

033////////

034////////

035////////

036////////

037////////

038////////

039////////

040////////

041////////

042////////

043////////

SEM REVISÃO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS METAS  
FÍSCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2018,  
ÀS 9H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

---

044////////

045////////

046////////

047////////

048////////

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Taiza Antônia Noujain.
- Revisão:
  -

SEM REVISÃO